

As diferenças entre o dito e o percebido nas políticas de juventude do governo Lula: caso Prouni e Projovem original em Pernambuco

Differences between what they say and what they think of youth policies at Lula's government: the case of Prouni and Projovem

Ruy de Deus Mello Neto

ruydedeus@usp.br

Universidade de São Paulo

Mariana Lins de Oliveira

mariloliveiras@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Ao traçar um balanço das políticas públicas destinadas aos jovens brasileiros torna-se particularmente oportuno levar em conta o novo período político inaugurado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República em 2003. A partir desse momento, o País passou a conviver com mudanças expressivas nas políticas de juventude que nascem de iniciativas diversificadas e confluem para a construção de um novo paradigma em torno da questão. Partindo deste pressuposto, este artigo pretende tecer uma comparação entre o discurso oficial das atuais “políticas de inclusão de jovens” e a representação que os jovens contemplados dão para as ações vivenciadas no interior do ProUni e do ProJovem. Nos documentos oficiais ambos afirmam obter propostas de inclusão “inovadora” no que se refere ao direito à educação. Assim, buscamos investigar como tais programas se materializam concretamente, a partir das orientações normativas que circulam em uma determinada configuração social. Essas orientações, por sua vez, instituem discursos que servem de base para a adoção de estratégias regulamentadoras da vida dos jovens por parte dos sistemas políticos. Realizamos um total de 12 entrevistas em profundidade junto aos bolsistas dos dois programas, todos na cidade do Recife. Os resultados apontaram certa incorporação do discurso oficial das políticas. Contudo, apresentaram variações nas percepções da noção de juventude, inclusão e de inclusão educacional.

Palavras-chave: ProUni. ProJovem. Inclusão.

Abstract

To draw one overview of youth policies on Brazil is clearly necessary to highlight the election of Luiz Inácio Lula da Silva Lula's (2003). After that moment, the country started to live with expressive changing on Brazilian perspective about poverty and youth. This paper intends to focus on young people who enrolled in two federal programs (ProUni e ProJovem). As such, it seems significant to try to understand the impact of this social inclusion policy adopted in Brazil and to try to comprehend the differences between what the government said about those programs and the perceptions of their respective fellows. The government perspective of both programs are presented as a “new” propose to include marginalized youth. It is necessary to understand how low-income students perceive their roles in this process and how the official perspective influences the fellow's perception. We chose to focus our semi-structured in-depth interviews with 12 fellows of both Programs. Based on the comparison of the groups, our finding is on the variation of perceptions of youth, inclusion, and educational exclusion.

Keywords: ProUni. ProJovem. Inclusion.

I ntrodução

Nas últimas décadas, o eixo de estudos acerca da juventude tem deslocado a ideia de crise identitária para uma situação de exclusão-inclusão. Assume então centralidade a distinção entre a condição, ou seja, o modo como Estado e sociedade constituem e atribuem significado a esse momento do ciclo de vida, e a situação juvenil que traduziria os diferentes percursos que esta condição experimenta a partir dos mais diversos recortes como classe, gênero e etnia. Dessa ótica, o esforço de compreender o processo de formação da noção de *juventude excluída* precisa levar em consideração que essa noção adquira sentido em um contexto específico de reconfiguração do papel e das estratégias de regulação no âmbito governamental.

Nesse contexto, ao traçar um balanço das políticas públicas destinadas aos jovens brasileiros torna-se particularmente oportuno levar em conta o novo período político inaugurado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República em 2003. A partir desse momento, o País passou a conviver com mudanças expressivas nas políticas de juventude que nascem de iniciativas diversificadas e confluem para a construção de um novo paradigma em torno da questão (SPOSITO; CARRANO, 2003). Destaca-se a elaboração de um consenso em torno da necessidade de implementação de políticas públicas específicas destinadas aos segmentos juvenis. Contudo, o reconhecimento desse consenso não deve obscurecer a diversidade de orientações e pressupostos que têm alimentado os projetos destinados aos jovens, tendo em vista que qualquer ação política exprime determinadas representações normativas sobre os atores que uma dada sociedade elabora.

Partindo deste pressuposto, este artigo pretende tecer uma comparação entre o discurso oficial das recentes políticas da juventude e a representação que os jovens contemplados dão para tais políticas, no intuito de investigar como as políticas se materializam concretamente, a partir das orientações normativas que circulam em uma dada configuração social, instituindo discursos que servem de base para a adoção de estratégias regulamentadoras por parte dos sistemas políticos. Essa é uma questão relevante na medida em que há uma interconexão

entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa e o próprio impacto das ações políticas (AZEVEDO, 2003; SPOSITO; CARRANO, 2003). Em outras palavras: a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode, também, provocar modulações nas imagens dominantes sobre os sujeitos jovens.

A questão, agora, consiste em verificar de que modo essa analítica nos permite ressignificar os processos de inclusão dos diferentes segmentos juvenis nos programas e projetos políticos, para isto, observamos os Programas ProUni e Projovem. Ambos se definem enquanto propostas de inclusão “inovadora” no que se refere ao direito à educação, onde o caráter inovador residiria, sobretudo, na percepção da juventude como uma condição social, um momento da vida na qual existiria uma diversidade de experiências, mudanças e expectativas agregadas a variados sentidos atribuídos pelos próprios jovens. Para apreender a efetividade dessa tomada de posição, pelos formuladores do Projovem Original¹ e do Prouni é necessário compreender como essas mesmas diretrizes foram incorporadas ou não na percepção dos jovens afetados pela política. Neste sentido, baseados em pesquisas realizadas com jovens pernambucanos contemplados pelos dois programas, buscaremos entender as principais diferenças na categorização de inclusão/ exclusão da juventude dada pelos discursos oficiais e também como tais noções foram percebidas pelos estudantes egressos dos dois programas.

Métodos e pesquisas anteriores

Este artigo tem por base a realização de duas pesquisas de mestrado², cujo propósito inicial não foi de relação entre si. Entretanto as similaridades encontradas e a possibilidade de diálogos entre análises acerca de duas políticas da juventude desenvolvidas no governo Lula nos instou à necessidade de observação e aproximação dos dois Programas sobre um prisma comum. Assim sendo, este artigo servirá como ponto de partida para uma necessária reflexão acerca das políticas de

¹ Em 2007 o Projovem foi reformulado (BRASIL, 2008), tornando-se um programa que, em suas intenções proclamadas, pretende integrar quatro modalidades de atendimento da juventude brasileira: o Projovem Adolescente; o Projovem Urbano que é uma reformulação do Projovem Original; o Projovem do Campo; e o Projovem Trabalhador. Após a unificação, o programa passou a ser denominado de “Projovem Integrado”. Contudo, nossa pesquisa foi desenvolvida tomando como referência os documentos, diretrizes e ações voltadas para os egressos do Projovem Original – O Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

² OLIVEIRA (2010); MELLO NETO (2011).

juventude implementadas no Brasil no que concernem às diversas percepções possíveis entre inclusão e exclusão social de jovens, em especial na última década.

Os dois estudos mencionados tiveram em comum a necessidade de compreensão do olhar do estudante que teve acesso aos programas de inclusão de juventude do governo federal, bem como ambos buscaram a comparação entre o discurso legal e a não necessária congruência entre as perspectivas oficiais e as dos contemplados. Além disso, os dois estudos tiveram como ponto comum a utilização de uma mesma ferramenta de análise, de modo que ambos realizaram entrevistas em profundidade com bolsistas dos dois programas, todos residentes na cidade do Recife. Entrevistamos um total de 12 jovens, com variações de idade e de gênero, distribuídos conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 – Perfil dos Entrevistados

Nome	Idade	Gênero	Situação Matrimonial	Filhos	Programa
A - ProJovem	28	Feminino	Casada	Sim	ProJovem
B – Projovem	27	Feminino	Casada	Sim	ProJovem
C – ProJovem	-	Masculino	Solteiro	Não	ProJovem
D – ProJovem	21	Feminino	Solteira	Não	ProJovem
E – ProJovem	-	Masculino	Casado	Sim	ProJovem
F – ProJovem	-	Masculino	Solteiro	Não	ProJovem
A – ProUni	23	Feminino	Solteiro	Não	ProUni
B – ProUni	20	Masculino	Solteiro	Não	ProUni
C – ProUni	26	Masculino	Solteiro	Não	ProUni
D – ProUni	24	Feminino	Solteira	Não	ProUni
E – ProUni	25	Feminino	Solteiro	Não	ProUni
F – ProUni	20	Masculino	Solteiro	Não	ProUni
Total	12	12	12	12	12

Programas e discursos oficiais sobre o perfil dos estudantes

Decidiu-se para este artigo a observação de dois Programas Federais implantados no Governo Lula e cujo objetivo declarado era de servir como ferramenta de inclusão educacional da juventude considerada marginalizada - por

meio de espaços e perspectivas escolares distintas. A escolha desses foi feita, como dito anteriormente, com base nas já realizadas pesquisas sobre o tema. O primeiro dos programas é o ProJovem Original, promulgado pela Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem Original³ – Programa emergencial e experimental, destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local (BRASIL, 2005a); o segundo foi o ProUni. Instituído pela Medida Provisória (MP) nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente convertida na Lei nº 11.096 de 2004, o Programa Universidade para Todos – ProUni - objetiva regular a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, no que se refere à isenção fiscal das Instituições de Ensino Superior – IES - e promover o ingresso de estudantes oriundos da rede pública de ensino na educação superior (BRASIL, 2004)

Os dois Programas foram considerados componentes estratégicos da Política Nacional de Juventude do Governo Lula, o primeiro configurando-se como um programa de reinserção de jovens de baixa renda na educação básica e o segundo como uma porta de acesso a jovens de baixa renda no ensino superior. Enquanto o ProUni se restringiu à educação superior, o ProJovem Original buscava atender tanto aos objetivos da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos, como da Educação Profissional, tendo como diferencial a oferta dessas duas modalidades em um só Programa.

ProJovem Original

Acerca do perfil alvo dos programas, a equipe gestora do ProJovem Original fez um esforço significativo para caracterizar a juventude brasileira com base nos documentos de organismos internacionais (OMS, ONU, UNESCO), tendo considerado como jovens os membros de grupos etários entre 15 e 24 anos

³ Sancionado, com alterações, em definitivo pela lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.

(BRASIL, 2005a). Até esse momento, no Brasil, o único documento legal que delimitava a idade de adolescentes e jovens era o Estatuto da Criança e do Adolescente que deixa de fora da categorização os que completavam 18 anos de idade.

Após redefinir os limites etários desse grupo populacional, os documentos do ProJovem Original apresentam o perfil da juventude no Brasil, com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), de 2003. Assim, até aquele ano, a juventude representava aproximadamente 13,5% da população brasileira, ou seja, 23,4 milhões de brasileiros estavam com idade entre 15 e 24 anos.

Art. 2º O ProJovem destina-se a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - tenham concluído a 4ª (quarta) série e não tenham concluído a 8ª (oitava) série do ensino fundamental;

II - não tenham vínculo empregatício.

§ 1º Quando o número de inscrições superar o de vagas oferecidas pelo programa, será realizado sorteio público para preenchê-las, com ampla divulgação do resultado.

§ 2º Fica assegurada ao jovem portador de deficiência a participação no ProJovem e o atendimento de sua necessidade especial, desde que atendidas as condições previstas neste artigo. (Brasil, 2005b)

Apesar da simplicidade do artigo segundo, a Lei nº 11.129 aponta em seu artigo oitavo que cabe ao poder executivo dispor sobre as demais regras de funcionamento do Programa, “inclusive no que se refere à avaliação, ao monitoramento e ao controle social, e critérios adicionais a serem observados para o ingresso no Programa, bem como a concessão e suspensão do auxílio” (BRASIL, 2005b), de modo que o perfil traçado dos jovens pelos formuladores do ProJovem foi constituído, com base na premissa do artigo oitavo, a partir de critérios que privilegiaram a situação socioeconômica dos jovens, o acesso à educação de qualidade, a formação para o mundo do trabalho, o envolvimento com drogas, a gravidez precoce, mortes por causas externas (homicídio, trânsito, suicídio) e o acesso às atividades de esporte, lazer e cultura.

Vale ressaltar, contudo, que os critérios norteadores desse perfil não são novos. Segundo Sposito e Carrano (2003), as primeiras intervenções

governamentais destinadas a jovens e adolescentes, nos anos anteriores a 1990, emergiram centralmente na área da saúde, através do Programa Saúde do Adolescente (PROSAD), no âmbito do Ministério da Saúde. Tratava-se de ações principalmente “marcadas pelo foco na prevenção (DST-AIDS), drogação, acidentes de trânsito e gravidez precoce” (p.30).

É possível, portanto, encontrar uma similaridade entre o perfil descrito pelo Programa Saúde do Adolescente e o perfil definido pelos formuladores do ProJovem, quando caracterizam os seus públicos alvo. Isso evidencia características, no tratamento dos jovens brasileiros, que têm servido para justificar as ações governamentais, tais como: a gravidez precoce, a relação da juventude com as drogas, com acidentes de trânsito e, sobretudo, com a violência. Situação que contribui efetivamente para criar uma vinculação estreita entre esses problemas e a própria condição juvenil que, no limite, tende a ser apreendida, ela mesma, como um problema. As implicações políticas desse tratamento são claras: mobilização de estratégias e intervenções ancoradas em dinâmicas de contenção, prevenção e reparação de danos causados e/ou sofridos. É com base nesses parâmetros que os formuladores do ProJovem afirmam que os jovens de 18 a 24 anos constituem o grupo mais vulnerável da sociedade brasileira. São os mais atingidos pelas fragilidades do sistema educacional e pelas mudanças no mundo do trabalho e são destituídos de apoio de redes de proteção social (BRASIL, 2006, p. 17).

Em síntese, os parâmetros utilizados pelos formuladores para definir o perfil dos jovens do Programa foram os seguintes: condição socioeconômica; nível de escolarização; vínculo empregatício; acesso à cultura; acesso a bens, serviços e equipamentos públicos; acesso a transportes públicos; problemas com violência e comportamentos de risco; participação em grupos: redes, ONG's, campanhas, grupos culturais etc.

ProUni

Por se tratar de uma política que visa “promover o ingresso de estudantes oriundos da rede pública de ensino na educação superior” (BRASIL, 2004), o ProUni nitidamente teve seu principal foco na ampliação de vagas no ensino superior. Apesar do discurso oficial, não há em primeiro plano uma caracterização mais

detalhada do estudante, de tal modo que seu recorte se restringe a sua renda per capita e o local onde o estudante concluiu o ensino médio. Enquanto política de educação superior, mostra-se afinado com as políticas de ação afirmativa implementadas pelo governo Lula, bem como com a política de expansão adotada no ensino superior privado nas últimas décadas. Nesse sentido, o Art. 2º da mesma lei afirma que a bolsa será destinada a:

- I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;
- II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;
- III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Ou seja, no que se refere à inclusão de jovens, o ProUni visa exclusivamente a escolha dos mais capacitados academicamente entre os de baixa renda. Na seleção do ProUni, os candidatos são avaliados pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM -, mediante a aplicação de uma prova nacional de avaliação de desempenho dos estudantes concluintes do ensino médio. No momento da inscrição, o candidato deve indicar os cursos para os quais deseja concorrer e também deve declarar que atende às condições para concorrer à bolsa. Na página do Sistema do ProUni – SISPROUNI – é possível ter acesso a informações onde se apresenta aos candidatos uma nota mínima do Enem para que ele possa concorrer às bolsas em cada um dos cursos ofertados. Cabe ao candidato decidir, diante de sua pontuação obtida, os cursos aos quais considere que tem condições de se candidatar. No momento da inscrição, o candidato declara sua composição familiar e a renda bruta de sua família que são os critérios definidores do tipo de bolsa a ser recebida – por meio do cálculo da renda *per capita*. A classificação do candidato se dá pela média obtida no ENEM e opção de curso. Ou seja, o critério social adotado pelo ProUni serve unicamente para definir se o estudante tem renda para participar do programa e, caso tenha, definir para qual tipo de bolsa ele está habilitado - após a habilitação do estudante pelos critérios de renda e modalidade de escola no ensino médio, a classificação interna dele passa a depender apenas da nota obtida no exame nacional. A responsabilidade pela comprovação das informações prestadas pelo candidato cabe à IES no momento da concessão da bolsa, e

posteriormente os dados apresentados são cruzados com cadastros oficiais do governo federal.

Em suma, não há no ProUni uma tentativa de caracterizar o estudante excluído numa perspectiva social, não se observa nada além da sua renda *per capita* e do local onde este concluiu o ensino médio. O Programa dá claros sinais de que o histórico familiar e social pregresso à entrada no Ensino Superior não tem influência alguma sobre a decisão de entrada ou não no Programa. Para o ProUni, é apenas necessário ao candidato comprovar não ter renda suficiente para custear sua vaga no Ensino Superior, não ter tido uma formação anterior em instituições privadas e obter um bom desempenho no exame de seleção.

Semelhantes discursos, diferentes expectativas

De forma exemplar, a tradução de critérios aparentemente objetivos demarcadores da possibilidade de inclusão (condição socioeconômica, nível de escolarização, vínculo empregatício etc.) nas ações do ProJovem Original confluem para uma leitura específica a respeito de quem são os jovens inclusos e quem não o são. Não casualmente, a delimitação deste requer o uso de várias categorias que passam a ser relacionadas aos grupos juvenis: moradores de periferias, excluídos da escola e do trabalho etc. No caso do ProUni tal questionamento é deixado em segundo plano – ou esquecido, para ser mais justo - e a categorização do sujeito a ser incluído passa necessariamente por uma prévia condição de vantagem entre os excluídos.

Os sujeitos do ProJovem não são apenas jovens portadores de direitos, mas jovens portadores de “especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modos de vida e, ainda, em relação ao trabalho, escola, saúde, religião, violência, questão sexual, etc.” (BRASIL, 2007a, p. 25), que, de tão excluídos, os tornariam aptos a serem incluídos. Enquanto o bolsista do ProUni, apesar de pautado no mesmo discurso de inclusão, é selecionado com base em características que os colocam no patamar dentre “os melhores” no contexto onde estão inseridos. Essas especificidades, no caso do ProJovem, ao mesmo tempo que alçariam os jovens à condição de sujeitos da política pública de juventude, permitem diferenciá-los dos demais jovens em função de suas trajetórias pessoais, marcadas

por uma situação geracional inédita “por experiências de risco e por situações de violência” (idem, p. 25); por outro lado, também fariam os jovens contemplados pelo ProUni sujeitos de uma política pública de juventude, só que, neste caso, diferenciados dos demais jovens pelo seu bom desempenho acadêmico e por possível condição de ‘vencedor apesar das adversidades’. Ou seja, o bolsista do Projovem original é escolhido à inclusão por ser tido como a pior parte de um sistema marginalizado, enquanto o bolsista do Prouni é convidado à inclusão por ser a melhor parte deste.

Há, claramente no caso do Projovem, um discurso que também valoriza as diferenças e as singularidades positivas dessa experiência atravessada por “novas formas de engajamento social geradoras de autovalorização e construtoras de identidades coletivas” (idem, p. 25). Contudo, também no caso do Projovem, o que se ressalta são as características negativas que justificam a existência mesma da política. Ou seja, é porque os jovens estão afastados da escola, sem vínculo de trabalho formal, moram nas periferias, e apresentam especificidades no modo de ser jovem, que a política lhes é endereçada. No caso do ProUni, a condição *sine qua non* é justamente a contrária, a existência do programa se faz necessária justamente para que se deixe de considerar as situações periféricas da vida do estudante e se considere somente o seu desempenho enquanto sujeito distante da classe social que o cerca. Ou seja, o Projovem busca, sob a bandeira da inclusão, justificar sua existência na necessidade de dar oportunidade aos piores entre os jovens pobres; e o Prouni, sob a mesma bandeira de inclusão, busca equiparar as desvantagens de acesso que caracterizam a juventude de baixa renda, dando-lhe a oportunidade de, a partir do ensino superior, esquecer, mesmo que momentaneamente, do seu passado e o colocar de vez em outro contexto social, muitas vezes até um novo contexto de classe.

Exclusão e inclusão - o que eles pensam sobre isto?

A análise dos dados coletados no campo das duas pesquisas em questão nos permite travar discussão sobre o posicionamento destes jovens contemplados pelos Programas em relação aos referenciais normativos apresentados anteriormente. Dessa forma, discutiremos o que os jovens pensam sobre a situação de

inclusão/exclusão na qual se encontravam, nos ajudando a compreender como os referenciais estavam operando a política sob a própria percepção dos jovens.

Fica claro que a caracterização influencia na percepção dos jovens, o bolsista do ProJovem – Projovista - vê no programa uma oportunidade de fazer “alguma coisa da vida” e receber algum dinheiro por isto.

Na realidade, logo quando eu entrei, eu me interessei pelo dinheiro. (...) Eu tive que procurar alguma coisa pra fazer, então, apareceu essa oportunidade. Mas no começo, eu entrei somente com a intenção de ganhar a bolsa (A - ProJovem).

Tava tendo inscrição e uma bolsa de 100,00 reais. Aí eu me interessei pra vê se eu conseguia terminar meus estudos e através da bolsa ajudar minha filha, manter ela. Ai foi através disso que eu me inscrevi. Pra ver se eu conseguia pelo menos terminar a metade dos estudos e ao mesmo tempo ajudar as coisas aqui em casa (D - ProJovem).

Enquanto o bolsista do ProUni – Prounista - se percebe enquanto um sujeito contemplado e com futuro promissor, para o qual a oportunidade de acesso pode significar a saída de uma realidade não desejada.

É uma chance de você viver uma condição na qual você sabe que se você não passar pras públicas que existe na faculdade privada. É [pausa] você não teria como viver, vivenciar esse acontecimento sem o ProUni. E [pausa] pra mim, é como eu acabei de falar. É uma rea[pausa] uma realização pessoal e íntima. (C - ProUni)

É certo investir no ProUni, pois quando você está investindo no povo, no pessoal que quer no pessoal que quer ingressar na faculdade e não tem como. É correto porque, eu não diria que seria cem por cento garantido, mas na maioria dos casos sim. Se você está investindo na instituição particular e vê que os seus alunos que estão é se aproveitando da oportunidade pra poder ingressar pra poder se dedicar mais o governo vai ser recompensado porque vai ter mais alunos formados vai ter é, pessoas mais capacitadas pro mercado de trabalho. (F – ProUni)

A noção de oportunidade é diametralmente distinta entre os dois casos, o prounista encontra no programa a chance de realização de um sonho, enquanto o projovista encontra uma oportunidade de “se ocupar”.

Veja, eu não estudava, não fazia nada. Fazia nada da vida, minha mãe sempre pegando no meu pé, a família, pronto, aí quando eu comecei a fazer o Projovem, aí comecei a me ocupar mais. E ainda recebia a bolsa que me ajudava nas coisas aqui de casa. (F - Projovem)

Olhe, na minha época, quando eu me inscrevi, o ProUni era a segunda opção, certo. Por quê? Porque o que eu tinha em mente: passar na faculdade pública, só usar o ProUni como segurança que eu iria fazer algum curso superior. (C – ProUni)

Percebe-se um distanciamento entre a realização de um sonho por um lado e a fuga de uma realidade por outro, já que o bolsista do ProUni tende a se perceber como alguém que não conseguiu sucesso na tentativa de acesso a universidade pública, mas que tem hoje uma oportunidade ímpar de ter sucesso profissional, onde o Programa “é uma expectativa de um futuro certo. É também, de concretizar realizações pessoais. É uma chance também de abrir a cabeça de crescer culturalmente” (C – ProUni), enquanto isso, o bolsista do Projovem busca no dinheiro recebido uma oportunidade de escapar do universo que o cerca.

Aí, p... então, eu não tava fazendo nada e, vamos se dizer, eu também queria me afastar de certas coisas. Já tava me afastando naquele tempo e tal. [‘De quê?'] De algumas drogas que eu não recomendaria pra ninguém. (...) Aí eu conheci o Projovem e fiquei indo, e tal. E eu vou para me ocupar, para me esquivar de certas pessoas que estavam nessa onda, que eu tava querendo parar e tal, e acabou que a bolsa ajudou nisso também, né. Eu tive oportunidade de conseguir outras coisas. (C - Projovem)

Observe-se como tanto na fala do Jovem C - Projovem, quanto na fala do Jovem C - ProUni, transcritas acima, a inserção nos Programas, para além da dimensão da bolsa, tem também relação com a percepção de sua própria rotina de vida. Um deles qualifica sua rotina pelo negativo, atentando para o fato de não estar

estudando e não estar trabalhando, assim sendo, estar no ProJovem se torna uma forma de ocupar seu tempo ocioso. O outro classifica pelo positivo, pois, via ProUni, ele teria a oportunidade de não precisar estudar mais um ano para tentar uma vaga em instituições públicas de ensino superior. Tal percepção torna-se interessante ao pensarmos no que significa o *não estar fazendo nada* nas duas perspectivas. Para o prounista, o *não estar fazendo nada* significa necessariamente ter que estudar mais um ano para conseguir uma vaga na universidade pública, para ele o ProUni significa a oportunidade de não ter que perder um ano de vida profissional estudando para entrar no ensino superior; enquanto para o projovista o *fazer nada* se insere no contexto de ser um fardo à sociedade, para ele *não estar fazendo nada* é não ter perspectiva alguma de futuro profissional e ainda sentir-se como um fardo a ser carregado pela própria família e um “risco” de se envolver com “coisas erradas”.

Tais percepções influenciam muito a autoimagem e a autopercepção de sujeito em situação de exclusão para cada um dos bolsistas, enquanto o prounista se percebe como um injustiçado que está tendo a oportunidade de mostrar que, ainda assim, vai vencer na vida, o bolsista do ProJovem se posta enquanto um problema a ser corrigido na sociedade.

Rapaz, eu caracterizo assim [pausa] como um aluno pobre que sempre estudou em escola pública, que não tem dinheiro para nada [pausa] e que por isso está aqui no ProUni. Um aluno pobre porém esforçado. Que a pobreza não justificaria o fato de não conseguir ter oportunidade na vida já que o ProUni existe. (C - Prouni)

O caminho correto seria você viver como todos vivem (...). Então, eu acho assim, você ser um cidadão de bem (...). São muitas coisas que a gente escuta. A gente escuta, a gente vê todo tipo de coisa por aí. Então é o caminho certo que eu vejo, né... é você tentar direcionar sua vida em objetivos positivos, sabendo o que você quer, o que você quer ser e o que os outros tão fazendo, né. Foi isso que eu assimilei do ProJovem. (B- ProJovem)

A noção de responsabilização também se mostra muito clara no discurso dos entrevistados, o prounista culpa a baixa qualidade da educação básica pelo seu insucesso na tentativa de entrar no ensino superior, para ele “O ProUni é uma boa

saída também, pois o problema é que hoje as instituições públicas [pausa] boa parte delas, são defasadas. O governo, eu não tenho conhecimento, pode ta querendo melhorar isso” (B – ProUni) e “a solução é a educação de base. Acho que o problema não é na universidade superior (sic), é na educação de base. Ensino fundamental e médio.” (E – ProUni). Enquanto isso, o projovista, apesar de reconhecer a falta de oportunidade, encara o fato da exclusão também como uma responsabilidade individual do sujeito que não se inseriu da maneira correta na sociedade.

Não, não sei não... muitos jovens, eles não têm a oportunidade e são... assim... têm alguns jovens que eles têm a dificuldade de aprendizado, eles têm a dificuldade de emprego, eles têm a dificuldade de se relacionar. Tem isso, mas isso quer dizer que ta tudo em risco? [o que você acha?] Não, eu acho que não. Eu acho que risco é esse jovem que hoje em dia a sociedade chama como bandido, criminosos, né... drogados... esses são os jovens de risco que até discrimina, eles muitas vezes discriminam mais do que a gente. (B - ProJovem)

Neste mesmo contexto caminha a percepção desses jovens sobre o que os Programas trouxeram às suas vidas, enquanto o projovista viu no programa uma oportunidade de sair de uma realidade estagnada e fazer alguma coisa da sua vida, o prounista se percebe uma pessoa inserida em um contexto promissor profissionalmente.

Eu mudei depois do ProJovem, porque ao invés de eu tá de noite na rua, pra cima e pra baixo eu ia pro ProJovem. Já chegava cansada e ia dormir. (...) Eu era muito solta, parei mais. Solta, de viver na rua. Meu negócio era rua, rua, tudo que eu fazia era só pensando na rua. E hoje eu nem ligo de tá na rua. (B - ProJovem)

*Minha vida mudou porque a expectativa que eu tinha de fazer um curso, no caso fisioterapia, era praticamente nenhuma na universidade pública. E mudou por que eu to fazendo a universidade particular que tem uma boa estrutura um bom prestígio e to convivendo com outro tipo, outras pessoas assim [...] **então***

obviamente sua cabeça muda e a forma de você ver muitas coisas também mudam. (E – Prouni)

As noções de inserção social partilhada pelos dois grupos seguem contextos totalmente diferentes, enquanto um se sente inserido por fazer parte de um grupo de privilegiados que terá, supostamente, uma nova possibilidade de acesso a um mundo novo e muito próximo da realidade das classes dominantes, o outro se sente inserido por ter se livrado de uma vida que o próprio considera marginalizada. Em outras palavras, o jovem projevista almeja uma inclusão que o faz se aproximar da realidade anterior ao ensino superior em que vivia o jovem prounista, ou seja, o objetivo de inserção social do jovem que entra no ProJovem é se aproximar da realidade da qual o prounista quer sair por se sentir excluído.

Considerações finais

As pesquisas em questão foram impulsionadas pela indagação do significado atribuído pelos jovens às políticas de juventude do governo federal. Neste sentido buscamos compreender o contexto em que foram formuladas as definições de público alvo em cada um dos programas, bem como a percepção que estes jovens têm sobre o recorte nos quais foram inseridos.

Iniciamos este trabalho com um levantamento mais geral dos critérios de seleção dos programas, o que nos permitiu uma boa comparação entre a posição dos jovens contemplados e dos formuladores das políticas de juventude adotadas pelo Governo Federal, em especial no governo Lula.

De antemão é importante destacar que, no caso específico do ProJovem, houve, por parte dos legisladores, uma tentativa clara de pensar a juventude na sua pluralidade, porém destacamos também que a legislação abre margem para uma categorização de jovens que implica num processo de tentativa de homogeneização do jovem enquanto figura marginal. No caso do ProUni, destacamos que a noção de jovem excluído é pautada unicamente na falta de vagas suficientes no ensino superior público para abarcar estes. Em outras palavras, o jovem ingressante no ProJovem é tido como em exclusão por conta do contexto que o cerca e de suas escolhas de vida, enquanto o jovem ingressante no ProUni necessita de inclusão pela incapacidade do próprio sistema em absorvê-lo.

Neste sentido, tornam-se diferentes também as leituras sobre o sujeito de direito em cada caso, já que o bolsista do ProJovem depende de pressupostos desqualificantes para ser incluso, enquanto o bolsista do ProUni parte justamente de suas qualidades para justificar sua participação no programa. Em resumo, o direito à inclusão para o jovem prounista é tido como um reconhecimento pelo esforço em romper com uma lógica vigente, enquanto para o projovista é tido como uma última oportunidade de se afastar do que os legisladores consideram um estado marginal de vida. Ou seja, a necessidade de uma política de inclusão para os prounistas ocorre por estes serem indivíduos reconhecidamente merecedores, enquanto aos projovistas por estes serem tidos como sujeitos problemáticos. O que nos leva, ainda observando a posição do legisladores, a pensar o que se entende por inclusão num contexto nacional.

É fascinante a percepção de que a noção de inclusão e exclusão pode variar de acordo com o contexto que cerca o indivíduo em questão. O mecanismo que busca *inserir socialmente* o jovem projovista o faz se aproximar do que consideramos *excluído socialmente* no caso do jovem prounista, de modo que a percepção de incluído e excluído passa necessariamente pela realidade que o cerca. Por outro lado, parece nítido que o recorte dado pelo estado para tais políticas se torna congruente com a percepção que os jovens fazem de si, já que o prounista se porta como um vencedor que superou as dificuldades – deixando de lado todo o contexto social que o cerca – e o projovista se porta como alguém que precisou do programa para deixar de ser um fardo para a sociedade.

Observando o dito pelos jovens, torna-se clara a influência das políticas na percepção de inclusão destes. Essa concepção desqualificada fica nítida na fala dos jovens projovistas, da mesma forma que fica claro o reconhecimento do jovem prounista acerca do seu mérito e de seu direito ao acesso. Políticas como o ProUni reconhecem na juventude um momento de transição privilegiado e apostam nisto para premiar os jovens mais “esforçados”, lhes financiando uma vaga no ensino superior, enquanto políticas como o ProJovem terminam por considerar a juventude como um momento crítico em que é preciso evitar que os jovens terminem por criar problemas futuros à sociedade. Assim, conceitos como juventude e inclusão podem variar tanto na percepção dos jovens quanto dos legisladores, em tempo que ser

jovem e precisar de inclusão pode ser tido como uma coisa maravilhosa ou como uma coisa preocupante, dependendo do contexto inserido.

Goffman (2008) aponta pra necessidade que o sujeito tem de observar os outros com quem nos relacionamos em busca de encontrar um padrão de “ser” e que por isso somos incitados a classificar as coisas como normais ou estranhas, sempre com uma referência de um sujeito ideal. Neste sentido, fica nítido que os dois bolsistas observam suas realidades de maneira absolutamente contrária, especialmente quando observamos a noção do pertencer social e do futuro almejado por cada um deles. Enquanto o bolsista do ProUni observa o histórico de não acesso ao ensino superior de sua família como “o normal” que se quer romper, o bolsista do ProJovem vê, mesmo num contexto familiar de pobreza, algo do qual ele deveria fazer parte - uma referência do que ele deveria ser. Nos dois casos os jovens se percebem como sujeitos que fogem da normalidade, mesmo que sob perspectivas totalmente diferentes, já que um é tido como melhor do que os normais e o outro tido como pior que os normais. Diante disto, o que entendemos por se inserir socialmente nos dois casos ganha perspectivas totalmente distintas e que podem, mesmo sob bandeiras aparentemente semelhantes, caminhar por caminhos opostos. Estar *inserido* no contexto do prounista se aproxima bastante do se afastar da sua normalidade, do se inserir em outra realidade, outro contexto social. Enquanto o *inserir* no âmbito projovista se aproxima de uma perspectiva onde se incluir é sair da margem da sociedade e se adequar a uma lógica pertencente à classe trabalhadora – a normalidade do seu meio. Em outras palavras, o prounista busca se inserir excluindo-se da sua antiga realidade, enquanto o projovista busca deixar de ser excluído dela.

Referências

AZEVEDO, J.M.L. *A educação como política pública*. São Paulo: Autores Associados, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2013. (2005a)

_____. Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º set. 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2013. (2005b)

_____. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jun. 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11692.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude Projovem – Projeto Nacional de Inclusão de Jovens. Brasília. Relatório de Avaliação 2005–2006, Brasília, DF: Secretaria Nacional de Juventude, 2007. (2007a)

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação de identidades*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

OLIVEIRA, M. L. *A Gestão dos Riscos nas Políticas de Juventude: Um estudo a partir dos egressos do ProJovem*. 1. ed. Recife: Universitária - UFPE, 2011, v. 1, 156p.

MELLO NETO, R.D. *PROUNI: Dimensão nacional e perfil dos estudantes em Pernambuco*. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, Paulo Cesar. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 24, p. 16-39, 2003.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 947-963, out. 2007.

Submetido em 14/6/2013 e aprovado em 28/01/2014.